



## Reunião de Câmara Municipal – 26 de junho de 2018

Maxial

### **PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA**

**1) TRANSPARÊNCIA/RESPOSTA ÀS SOLICITAÇÕES DOS VEREADORES DA OPOSIÇÃO:** para melhor enquadrar quem nos lê, fazemos uma pequena nota introdutória. Como é do conhecimento geral, durante a campanha eleitoral fomos muito claros quanto à alteração de procedimentos que nos propúnhamos introduzir no que respeita aos contratos celebrados pela câmara municipal. Foram várias as situações que em nosso entender foram pouco transparentes e que mais não resultava numa teia de amiguismo por parte do PS no que respeita aos ajustes diretos.

Desde 1 de janeiro, o Código dos Contratos Públicos (“CCP”) limitou, e bem, a possibilidade da adjudicação através do ajuste direto a contratos de montantes reduzidos. Com efeito, o CCP vem agora prever a obrigatoriedade de consulta prévia (isto é, consulta a pelo menos três entidades) sempre que o montante dos contratos é superior a 20.000 euros (se se tratar de serviços) e 75.000 euros (quando se esteja perante empreitadas de obras públicas).

No quadro do nosso dever de análise sobre os procedimentos adotados pela Câmara Municipal, consultámos o site [www.base.gov.pt](http://www.base.gov.pt) no qual, por Lei, todos os procedimentos concursais devem encontrar-se refletidos. Contudo, e para nossa surpresa, se nos primeiros contratos – no âmbito de consulta prévia - foi possível verificar quais as entidades consultadas (através do projeto de decisão, uma folha com não mais do que 3 páginas) algo mudou na informação prestada pela Câmara Municipal, na medida em que essa informação (quais as entidades consultadas) deixou de estar disponível, estando apenas visível o contrato com a entidade selecionada.

Neste sentido, a 23 de maio solicitámos ao Sr. Presidente o envio dos projetos de decisão (os tais documentos de 2 ou 3 páginas e que deixaram de estar disponíveis no site base) para que pudéssemos verificar quais as entidades consultadas. Mais solicitámos que, a partir daquela data, quando fossem enviadas as informações para o Portal com os contratos nos fossem



simultaneamente remetidos os projetos de decisão. Tudo muito simples, que seguramente, com boa vontade e gosto pela transparência e pelos direitos de fiscalização dos vereadores da oposição, seria tratado em 24h ou 48h.

Todavia, nada. Na reunião de dia 11, já quase 3 semanas após o pedido, demos contra da nossa estranheza pela não resposta – recordamos que se trata de um mero envio de 19 projetos de decisão – tendo-nos sido dito pelo Sr. Presidente que houve questões de férias nos trabalhadores e que pelo que percebeu era algo que dava algum trabalho. Estranhámos, porque se tratava de um mero envio de informação já elaborada, mas manifestámos compreensão, pedindo brevidade.

Eis que, no dia 25 de junho, quase 5 semanas após o pedido, recebemos um ofício assinado pelo Sr. Presidente em que é dito, imagine-se, que poderíamos consultar os processos entre 2 e 7 de julho (um copy paste mal amanhado que até inclui dia 7 – um sábado).

Assim, na reunião de câmara municipal de dia 26 dissemos que era quase insultuoso e provocatório uma resposta desta natureza. Recordamos que o Sr. Presidente 2 semanas antes disse que era uma informação trabalhosa (embora não o seja, tratava-se de envio de documentação), mas afinal a resposta que demorou 5 semanas a dar podia ter dado em 5 minutos: venham consultar e, mais inacreditável, num determinado período, como se nos outros períodos o direito a consulta se encontra vedado.

Sobre a informação a remeter no futuro nem uma palavra.

A contradição do Presidente, a dificuldade que introduz no direito/dever de fiscalização da oposição, revela bem o pouco gosto que tem relativamente à transparência. Mas também dissemos que para quem acha este tipo de procedimento normal (o seu caso) não vale a pena insistirmos na explicação do quão pouco saudável é. Não compreende, não compreende. Enfim.

**Outras questões por responder:** *moinhos eólicos* – quatro semanas antes tínhamos solicitado informação sobre o montante que a Câmara Municipal recebe relativamente aos moinhos eólicos. Nada respondido, voltámos a insistir. Resposta do Presidente, que se diz sempre bem informado, é de que recebe o que legalmente é devido. E assim, com uma resposta displicente, vai vedando informação que à oposição é de direito saber;



*procedimentos na Feira de São Pedro*: também já com quatro semanas é o nosso pedido de esclarecimentos relativamente aos procedimentos da Promotorres na Feira de São Pedro (alguns casos há concessões por concurso; outros por negociação direta; outras por fixação de preço). Continuamos à espera.

## **2) REDE VIÁRIA E PROMESSAS DO PS NA FREGUESIA DO MAXIAL E MONTE REDONDO:**

Referimos que o Sr. Presidente tinha a oportunidade de esclarecer os cidadãos desta Freguesia qual a situação que se irá verificar no que respeita à rede viária. Recordámos que:

- **Boletim de campanha do PS** nas últimas eleições foi prometido o seguinte:
  - Recuperação da estrada e construção de bermas na via Maxial – Casais Santo António – Vila Seca – Ereira;
  - Asfaltamento da estrada Maxial-Loubagueira;
  - Asfaltamento da estrada Aldeia Grande – Lapaduços;
  - Asfaltamento da estrada Póvoa – Seixo – Vale Monho – Valentina;
- **Plano para a Rede Viária entre 2019 e 2021**: apenas contempla o asfaltamento, em toda a Freguesia, de uma estrada: entre Aldeia Grande e Lapaduços;

Assim, perguntámos o que valia:

- As promessas que tinha feito em campanha?
- O Plano que propôs em Câmara?

Deixámos como hipótese concretizar as promessas ainda em 2018, mas com o pouco dinheiro afeto a alcatrão neste 1.º ano pós-eleições tal parecia difícil.

**Resposta do presidente**: vamos honrar os compromissos tendo em conta as condições financeiras.

**Nosso comentário**: é absolutamente insatisfatório que o presidente se refugie em respostas redondas. A certeza dos compromissos em campanha deu lugar, poucos meses depois, a incerteza no seu cumprimento. Uma forma de fazer política com que não nos revemos.



**3) APOIOS A ASSOCIAÇÕES E OUTRAS ENTIDADES:** dois cidadãos, no período destinado ao público, recordaram as promessas efetuadas há um ano por Carlos Bernardes de apoios a obras em Igrejas, cujas obras foram executadas confiando na palavra e que hoje há fornecedores sem receber por falta de concretização dos compromissos.

Estas, e outras situações similares, têm-nos chegado, pois em ano eleitoral, num conveniente duplo papel de presidente e candidato, Carlos Bernardes prometeu apoios da Câmara a tudo e a todos, e rápidos – ou seja, entre a data das eleições e o final de 2018. No entanto, após as eleições não cumpriu. Não deixámos de anotar esta situação do presidente ter andado de festa em festa a oferecer dinheiro sem critério e sem saber se podia cumprir nos prazos ditos, como também referimos que, apesar de compreendermos, as pessoas têm de deixar de confiar neste tipo de política em que o presidente confunde o papel de gestor com o de dono dos dinheiros públicos. Aguardamos pacientemente pelo Regulamento de Apoios que o presidente assumiu apresentar até ao final do ano em Câmara. E que bem necessário é para trazer critério e transparência.

**4) SANEAMENTO:** apresentámos questões relativamente a situações de falta de saneamento em Monte Redondo e Lobagueira; da ETAR do Maxial; da estada entre Maxial e Casal Torres; entre outros.

**5) URBANIZAÇÃO PORTELA DA VILA:** partilhámos das preocupações manifestadas por um residente, esperando que a Câmara Municipal rapidamente utilize todos os meios, designadamente através das garantias bancárias, que tem ao seu dispor para fazer valer os direitos de cidadãos que pagam os seus impostos como os demais.



## **ORDEM DE TRABALHOS**

Na ordem de trabalhos destacamos os seguintes pontos:

**1) DELIMITAÇÃO DA ÁREA DE REABILITAÇÃO URBANA DE ARENES (“ARU DE ARENES”)** – Foi aprovada a Proposta de delimitação da ARU de Arenes. Ainda que as operações em concreto apenas se encontrarão listas quando for apresentado o ORU – Operações de Reabilitação Urbana, apresentámos algumas questões, designadamente: como será feita a ligação com o Bairro Jardim; como estão a ser efetuadas as propostas de classificações dos imóveis: degradados, devolutos e em ruína; quando será apresentado o ORU. Apesar do prazo para aprovação do ORU ser de 3 anos, foi dito que caso seja possível apresentar assim será. Mais foi aprovado, como forma de incentivo imediata à reabilitação urbana, que ao invés de se esperar pelo ORU, se aplique desde já a concessão de benefícios de impostos e taxas para a reabilitação de imóveis nesta área, suspendendo-se, também desde já, as penalizações dos imóveis degradados e em ruína.

## **2) DECISÃO SOBRE A PROPOSTA DA ACIRO – LARGO DE SÃO PEDRO**

Foi presente à reunião de câmara a seguinte proposta:

*“De acordo com a reunião realizada com a ACIRO no dia 7 de junho e os comerciantes do Centro Histórico no dia 13 de junho, o signatário recebeu um conjunto de propostas, tais como:*

- 1. Reposição da circulação na Rua 9 de abril e Largo de São Pedro;*
- 2. Reformulação da Praça de Wellington conforme estava em 2009;*
- 3. Primeira hora gratuita nos Parques de Estacionamento cobertos da cidade;*
- 4. Aumento das Bolsas mistas, em consequência da redução da Bolsa exclusiva de moradores na zona A e B e aumento da zona de cargas e descargas na Rua Almirante Gago Coutinho;*



5. Sinalética bilingue indicando os espaços comerciais;

6. Sinalética dos Parques de Santiago e Horta Nova no início da via de acesso;

7. Revisão da linha verde do TUT, ligação do Terminal Rodoviário ao Centro Histórico;

8. Horários de funcionamento do estabelecimento de restauração e bebidas;

Da análise das citadas propostas, proponho ao executivo municipal o seguinte:

Relativamente ao ponto 1 e 2, será de manter as situações, devendo realizar-se a monitorização da caracterização ao nível ambiental, social e económico no que se refere no ponto 1;

Relativamente ao ponto 3, proponho que seja grátis a primeira hora no Parque de Estacionamento coberto do Mercado Municipal;

Relativamente ao ponto 4, 5, 6, deverão os serviços técnicos da autarquia estudar as respetivas soluções para a sua implementação;

Relativamente ao ponto 7, deverão os serviços técnicos da autarquia monitorizar a situação;

Relativamente ao ponto 8, trata-se de um assunto que irá a discussão pública brevemente.

No âmbito da implementação e monitorização de medidas tendentes a dinamizar e a dotar com mais qualidade de vida o Centro Histórico de Torres Vedras, existe disponibilidade para se criar um Conselho Consultivo em colaboração com a ACIRO, que possa reunir trimestralmente.

**Nossa posição:** sobre a proposta de resposta que o presidente nos traz para a ACIRO não deixámos de referir algumas situações. Em primeiro lugar, lamentámos que sendo uma competência da Câmara Municipal, que nesta reunião se exercia, o presidente tenha logo anunciado a 1.ª hora gratuita. Teria sido curial dar-nos, pelo menos, conhecimento dessa intenção, até porque fomos nós que na última Assembleia Geral da Promotorres, e no âmbito da discussão



sobre a falta de ocupação de alguns espaços no Mercado, questionámos se não seria importante o regresso da 1.ª hora gratuita. Na altura foi-nos respondido que tal teria um impacto financeira negativo e que não entendiam que tal fosse o mais-valia. Seja como for, estamos de acordo.

Relativamente à proposta 1 perguntámos claramente se havia espírito aberto por parte do PS em, caso seja essa a conclusão da avaliação que vier a ser efetuada, alterar a decisão. Mais exigimos que fosse previsto um prazo concreto para que a avaliação seja concluída. **Em resposta**, foi assegurado que havia abertura para respeitar a avaliação e o prazo é o final do ano. Registámos.

### **3) REQUALIFICAÇÃO DA AVENIDA CARLOS LOPES (ENTRE A ROTUNDA DOS CAVALOS E DA ACRAL)**

Foi apresentada uma proposta que vai no sentido de, contrariamente ao previsto anteriormente no, esta via ser requalificada com apenas uma via em cada sentido (realidade atual), acrescentando-se ciclovias.

Apresentámos algumas questões relativamente ao prazo de execução e custo; perguntámos ainda sobre o prolongamento da Via Ponte até à rotunda do Catefica.

Para nós é fundamental que a mobilidade seja vista de forma integrada e acompanhada de estudos de tráfego.

**Os Vereadores (sem Pelouros)**

Marco Claudino / Luís Aniceto / Maria João Ribeiro